

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ANTI-REPUBLICANA: A OBRA DE EDUARDO PRADO

Nanci Leonzo*

SUMÁRIO

A historiografia brasileira anti-republicana: a obra de Eduardo Prado

Neste artigo privilegiamos os escritos políticos de Eduardo Prado, intelectual brasileiro que se tornou célebre pelas críticas feitas ao regime político instalado no Brasil em fins de 1889. Vinculamos estas críticas à defesa dos interesses públicos e privados da família Prado. Sob tal perspectiva, contestamos a vertente historiográfica que rotula Eduardo Prado como um monarquista convicto, salientando a fragilidade de seu ideário político e, principalmente, os seus interesses de classe.

Historiografia — Liberdade de imprensa — Militarismo — Intelectual — Compromisso de classe

“Uma revolução do povo pode ser uma coisa nobre e grande; uma revolução exclusivamente militar é, para os países civilizados e livres, uma monstruosidade.”

Tendo como ponto de partida esta idéia, Eduardo da Silva Prado teve, durante quase doze anos, severas críticas ao regime político instalado no Brasil em fins de 1889.

Seus primeiros artigos sobre os acontecimentos do Brasil republicano apareceram, sob o pseudônimo de Frederico de S., na *Revista de Portugal*, dirigida por um de seus melhores amigos, o intelectual português Eça de Queiroz.

Outros trabalhos abordando a mesma temática, a maioria sob pseudônimos diversos, foram publicados, com interrupções, no jornal *O Comércio de São Paulo*, no período que se estende de outubro de 1895 a agosto de 1901.

* Prof.^a Assistente Dra. do Depto. de História da FFLCH/USP

Obs.: Comunicação apresentada no I Congresso Internacional de Historiografia, Montpellier (França), julho de 1983.

A morte, em 30 de agosto de 1901, aos quarenta e um anos de idade, surpreendeu-o, ainda, como um crítico atuante e mordaz da República brasileira.

Eduardo Prado deixou-nos uma vasta obra que inclui, além de escritos políticos, relatos de viagens, trabalhos de crítica literária e estudos históricos. Escolhemos para esta comunicação os primeiros porque refletem o pensamento, claro e obstinado, de um intelectual brasileiro que ousou lutar pela liberdade numa conjuntura republicana, mas, sobretudo, violenta e arbitrária.

Eduardo Prado encontrava-se em Paris, onde possuía uma residência, quando recebeu a notícia da ocorrência republicana no Brasil.

Inconformado, aguardou ansioso as primeiras informações transmitidas pelo telégrafo submarino. Para folhear os jornais provenientes do Brasil, com relatos completos sobre a mudança do regime político, esperou alguns dias.

O impacto da queda da Monarquia brasileira e a atuação dos novos governantes fizeram com que, em pouco tempo, o literato se transformasse num publicista.

A liberdade estava comprometida no Brasil. Era preciso denunciar os desvarios dos usurpadores do poder público. Assim justificou Frederico de S. sua decisão de comentar, através da *Revista de Portugal*, em seis artigos publicados entre dezembro de 1889 e junho de 1890, a "revolução brasileira"¹. Tais artigos, que alcançaram grande repercussão na Europa e no Brasil, foram, posteriormente, reunidos e editados sob o título *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*².

Nesta obra Frederico de S. fez a história do presente com os olhos voltados para o futuro. Preocupava-o o destino de sua pátria, mas, também, o julgamento que as gerações vindouras fariam de seus escritos. Suas denúncias sobre os desmandos do militarismo emergente no Brasil são, assim, sempre acompanhadas de textos que falam em patriotismo e em amor à liberdade:

"O que escrevemos há de ser lido no futuro. Esta Revista figurará sempre nas bibliotecas da literatura portuguesa, e quando o Brasil tiver voltado à vida normal das nações livres quem folhear estas páginas há de estimar o escritor que se revoltou contra a ditadura da inconsciência jacobina e soldadesca.

Ninguém duvidará então de que, quem escreve estas linhas só atacou os dominadores do Brasil porque como homem civilizado e

1 — Os artigos assinados por Frederico de S. e publicados nos volumes de 1 a 3 da *Revista de Portugal* são os seguintes: "Os Acontecimentos do Brasil" (dezembro de 1889); "Ainda os acontecimentos do Brasil" (janeiro de 1890); "Fastos da ditadura" (fevereiro de 1890); "A ditadura no Brasil" (março de 1890); "As finanças e a administração da ditadura brasileira" (abril de 1890); "A República brasileira" (junho de 1890).

2 — S. Frederico de — *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. 4.^a ed., s/1, 1890.

do seu século — aborreceu a traição, amou a liberdade e detestou a tirania”³.

O episódio de 15 de novembro de 1889 nada teve, em sua opinião, de original. Igualou-se aos diversos “pronunciamentos” que, no decorrer do século XIX, abalaram a América. A proclamação da República foi a versão brasileira de uma zarzuela espanhola.

“O pronunciamento do Marechal Deodoro foi como quase todos os pronunciamentos espanhóis, venezuelanos, guatemaltecos, peruanos e nicaraguenses, que a Europa não considera do domínio da história mas sim da opereta”⁴.

A República brasileira resultou para Frederico de S. da ação conjunta de dois elementos: um partido republicano numeroso, ruidoso e ansioso por dominar o país e um exército esquecido, desorganizado, indisciplinado e, conseqüentemente, predisposto à revolta⁵.

O partido republicano não se preocupou, escreveu o publicista, em organizar, logo após o golpe militar, um governo nacional. Desejou constituir um “sindicato” no qual o exército entrou com a força e o partido com os seus escritores capazes de ter idéias novas e de redigir decretos. Enquanto os dois sócios dividiam os lucros — empregos públicos e cargos elevados — a nação limitava-se a pagar⁶.

Os brasileiros, segundo Frederico de S., só tinham uma certeza: a de estar vivendo sob o domínio de militares que não ouviram o povo para mudar a forma de governo do país⁷.

Os membros do Governo Provisório constituído após a “revolução”, completou, não estavam interessados em ver os direitos dos cidadãos salvaguardados por uma constituição⁸. Isto porque teriam de ceder o seu lugar à vontade nacional⁹. Preferiam exercer o poder de maneira absoluta e, incoerentemente, denominavam este “arranjo” de República Federal:

“O governo absoluto exercido por oito indivíduos não é a República, que quer dizer o governo de todos. Alcnhem esta organização de República quanto quiserem; a palavra não corresponderá de modo algum à realidade. Este governo absoluto, que não foi eleito pela nação, tem nome na ciência desde o tempo de Aristóteles, e esse nome é: Tirania”¹⁰.

O Brasil sob a égide de um regime político “absolutista pseudo-republicano” enfrentava graves problemas. A supressão da liberdade de imprensa, o desrespeito dos militares à liberdade e à dignidade das

3 — S. Frederico de — Op. cit., p. 363-364.

4 — Idem, p. 25 e 198.

5 — Idem, p. 3-4.

6 — Idem, p. 270-271.

7 — Idem, p. 206.

8 — Este comentário de Frederico de S. sobre a indiferença do Governo Provisório com relação à questão da elaboração de uma Constituição para o Brasil data de abril de 1890. Somente dez meses depois, isto é, a 24 de fevereiro de 1891, a República brasileira entrou em regime constitucional.

9 — S. Frederico de — Op. cit., p. 206-207.

10 — Idem, p. 276.

peças e o descrédito do país nos principais centros financeiros da Europa eram alguns deles. Frederico de S. discutiu-os tendo, sempre, como elemento de comparação, o reinado de D. Pedro II (23/07/1840 a 15/11/1889), no qual, em sua opinião, o brasileiro, sem armas e tranqüilo, viveu à sombra das leis¹¹.

Ao exército político, para ele o grande responsável pela precária situação econômica e social da nação, não poupou críticas.

Defendeu, com coerência e paixão, ao longo dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, a tese de que os exércitos foram criados para a defesa interna e externa das sociedades e não para dominá-las¹².

Em todos os artigos que integram os *Fastos* o militarismo é repudiado e contestado no que se refere aos seus princípios e às suas práticas. Frederico de S. jamais perdoou a facção do exército brasileiro que, a seu ver, resolveu servir-se, contra a liberdade, das armas recebidas da nação para defesa da honra nacional e das livres instituições juradas¹³.

Nos artigos elaborados logo após o golpe militar percebemos, com clareza, que Frederico de S., perplexo e revoltado, acreditou na possibilidade de uma reação por parte da "sociedade civil". Ele chegou a convocá-la para lutar, ostensivamente, contra a tirania:

"A luta é entre a liberdade e a tirania. A luta vai ser entre o exército estragado pelos jornalistas ambiciosos, pelos professores pedantes, entre esse exército político, servido por seus escribas e que não querará largar a rendosa tirania, e a sociedade civil que terá de reagir ou de se aniquilar. A nação terá de mudar ou de devorar o exército político ou o exército político acabará de humilhar e de devorar a nação"¹⁴.

Nos últimos artigos, contudo, reconhecendo o fortalecimento do militarismo, abandonou o projeto que implicou num constante incentivo ao confronto direto entre a "sociedade civil" e a ditadura militar. Neles limitou-se a uma reflexão curta e correta da situação brasileira. Conformado, escreveu:

"A política do Brasil está hoje reduzida à arte de adular com mais ou menos sucesso os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueris. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrados à cauda do cavalo de um general"¹⁵.

Eduardo Prado conhecia muito bem o Brasil e os brasileiros. Por esta razão não acreditava no poder de seus escritos. Sabia que as acusações explícitas nos seus artigos não chegariam aos ouvidos do povo e, também, entendia que a ditadura militar continuaria a se consolidar à custa de atentados aos direitos e às garantias individuais, da indiferença de grande parte da população e da ambição de uns poucos civis.

Mesmo assim, voltou a escrever.

11 — S. Frederico de — Op. cit., p. 265.

12 — Idem, p. 306.

13 — Idem — Op. cit., p. 265.

14 — Idem, p. 49.

15 — Idem, p. 307.

Ele se considerava um idealista que amava a liberdade e não esperava recompensas.

“Não visamos a fruto algum, nem mesmo como Guilherme Tell a uma maçã; quem visa a frutos, para si ou para os seus, não ofende o poder que dispõe dos preciosos frutos”¹⁶.

* * *

Em dezembro de 1893 Eduardo Prado publicou *A Ilusão Americana*, obra de protesto contra a política de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. A primeira edição deste livro, posta à venda nas livrarias de São Paulo, foi proibida e confiscada e seu autor obrigado a fugir para a Europa¹⁷.

Eduardo Prado retornou ao Brasil no segundo semestre de 1895, com a inauguração de um governo civil, e, imediatamente, começou a escrever artigos políticos para o *Comércio de São Paulo*¹⁸, do qual se tornou proprietário no início de 1896.

No Brasil o comando da República passara, não sem grandes atritos internos¹⁹, das mãos do Marechal Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891) para as do Marechal Floriano Peixoto (23/11/1891 a 15/12/1894) e deste para as do civil Prudente de Moraes (15/12/1894 a 15/12/1898).

Neste momento, Eduardo Prado não é somente um publicista revoltado contra o militarismo. É, também, um político militante. Integra o Diretório Central do Partido Monarquista fundado, em São Paulo, em fins de 1895²⁰.

Esta é a fase em que ele se dedica, abertamente, à defesa de seus interesses pessoais, como demonstram suas abordagens sobre o café e a liberdade de imprensa.

Diversos artigos foram escritos durante o ano de 1896 tendo como tema o café.

Na questão do café figuravam, segundo Eduardo Prado, três classes de indivíduos: os que plantavam café, os que bebiam café e os que falavam sobre o café. Formava classe à parte o governo que se limitava a tributar este gênero²¹.

Eduardo Prado pertencia à primeira das classes citadas. Toda sua

(16) — S. Frederico de — Op. cit., p. 213.

(17) — Prado, Eduardo — *A Ilusão Americana*. 2.^a ed., Paris, Armand Colin et. Cia. Éditeurs, 1895.

(18) — Parte destes artigos foram publicados em 1904 e 1906. É grande, porém, o número dos que permanecem inéditos. De ambos nos servimos para a elaboração desta comunicação.

(19) — Sobre os acontecimentos do Brasil no período estudado neste trabalho ver, por exemplo, Bello, José Maria — *História da República — 1889/1954*. 7.^a ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976 e Cardoso, Fernando Henrique — “Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales”. In: Fausto, Boris (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano*. 2.^a ed. São Paulo, Difel, 1977, t. III, vol. 1: 14-50.

(20) — *O Comércio de São Paulo*, n.º 822, quarta-feira, 4 de dezembro de 1895, fl. 1.

(21) — *O Comércio de São Paulo*, n.º 861, sábado, 18 de janeiro de 1896, fl. 1.

família prosperou, durante o Império, graças ao café²², e ele, particularmente, possuía uma próspera lavoura cafeeira em uma fazenda localizada no interior de São Paulo.

Suas críticas à política do governo republicano com relação ao café devem ser vistas, pois, à luz de seus interesses de classe.

No ano de 1896 a baixa dos preços do café na Europa coincidiu com a baixa do câmbio no Brasil²³.

Os produtores brasileiros protestaram contra este estado de coisas. Eduardo Prado, como um deles, buscou e denunciou os culpados desta situação.

Acusou em primeiro lugar as autoridades governamentais, as quais, durante uma desastrosa e inoportuna campanha publicitária, noticiaram que a produção do café no Brasil ultrapassava as necessidades do consumo e, assim, acabaram por provocar a especulação baixista nos principais mercados distribuidores europeus. Criticou, em seguida, os próprios produtores brasileiros que, na busca desenfreada pelo lucro, tinham sido coniventes com os erros da política econômica dos financistas da República.

Aos seus pares, ora abalados pela conjuntura desfavorável que lhes proporcionava reduzidos proventos pelo café produzido sob elevados custos, advertiu e recomendou:

"Os agricultores convençam-se de que todo o seu mal está no mau governo que há anos infelicitava o Brasil. Intervenham na política os brasileiros; melhorem pela sua intervenção a administração do país, e melhorada ficará a sua condição"²⁴.

Era isto, justamente, o que ele, Eduardo Prado, estava fazendo: atuando politicamente. Servia-se para tanto das colunas do jornal *O Comércio de São Paulo*, o qual se transformou, em curto tempo, no porta-voz do Partido Monarquista de São Paulo e do Centro Monarquista sediado no Rio de Janeiro.

Os governos republicanos cercearam a liberdade de imprensa. A 23 de dezembro de 1889, a 29 de março de 1890 e a 13 de outubro de 1893 haviam sido promulgados decretos que prescreviam severas punições aos autores de escritos considerados atentatórios ao regime político instalado no Brasil em 1889 e às autoridades que o representavam. Contra os dois primeiros decretos se posicionou, ao longo dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, Frederico de S. e foi por temor à execução do terceiro que Eduardo Prado fugiu para a Europa após o confisco de sua obra *A Ilusão Americana*.

Durante o governo do civil Prudente de Moraes foram freqüentes as

(22) — Levi, Darrel E. — *A Família Prado*. São Paulo, Cultura 70 Livraria e Editora S/A, 1977.

(23) — Sobre o assunto ver Delfim Neto, Antonio — *O problema do café no Brasil*. São Paulo, 1959.

(24) — Prado, Eduardo — "A Aflição da Lavoura", *O Comércio de São Paulo*, 3 de setembro de 1896. In: *Collectaneas*. São Paulo, Escola Tipográfica Salesiana, 1904, vol. II, p. 336.

destruições de jornais oposicionistas, ocorrências estas agravadas com a impunidade dos criminosos.

A liberdade de imprensa não era indispensável somente à propagação da causa monárquica. Dela dependia a preservação do patrimônio de Eduardo Prado. Por esta razão ele voltou à discussão da questão tão logo reassumiu suas funções de publicista anti-republicano.

No artigo "A República e a Liberdade de Imprensa" lamentou a inoperância da polícia perante os atentados aos jornais tidos como inimigos da República e sugeriu sua cumplicidade. Nada, porém, mais o indignou do que saber que as vítimas estrangeiras, ao contrário do que ocorria com as brasileiras, eram amparadas pela lei e, conseqüentemente, indenizadas:

"Contra o brasileiro o crime é livre.

O estrangeiro, mais feliz, faz-se respeitar e pagar.

O direito do brasileiro não impõe respeito à República.

Ele só se contém diante da ameaça da força e do estrangeiro"²⁵.

Mesmo ciente de que, a qualquer momento, poderia ter as oficinas de seu jornal depredadas, Eduardo Prado continuou a publicar textos assinados pelos principais líderes monarquistas do Brasil, os quais alternava com escritos do seu próprio punho onde eram comentados os principais problemas enfrentados pelo país.

Depois de uma ameaça em janeiro de 1896, por ocasião do início da propaganda monarquista ²⁶, o jornal *O Comércio de São Paulo* foi invadido e destruído a 7 de março de 1897²⁷.

Eduardo Prado, desanimado e já revelando desinteresse pela política partidária, afastou-se das atividades jornalísticas e viajou, sob o pretexto de reencontrar a liberdade, para a Europa²⁸. Antes, porém, tomou providências para que o seu jornal voltasse a circular no menor prazo possível.

A imprensa paulista acolheu novos artigos políticos de Eduardo Prado somente em 1901, dias antes de sua morte. O tema destes escritos, publicados sob o pseudônimo de Ignotus, é a futura eleição presidencial no Brasil. Neles foi explorada a dissidência que se esboçava entre militares e civis com relação à indicação do sucessor de Campos Sales (15/12/1898 a 15/11/1902) e enfatizado o fato de que o exército não mais pretendia ser solidário com os erros e desmandos dos homens a quem havia confiado o governo da nação.

O confronto aberto entre os antigos aliados muito satisfez Eduardo Prado que, ironicamente, assim interpretou o episódio pelo qual esperara mais de uma década:

"Sobre a mesa do orçamento caiu pesada, espantando os convivas

(25) — Prado, Eduardo — "A República e a Liberdade de Imprensa", *O Comércio de São Paulo*, 10 de dezembro de 1895, In: *Collectaneas*. São Paulo, Escola Tipográfica Salesiana, 1904, vol. II, p. 100.

(26) — *O Comércio de São Paulo*, n.º 860, sexta-feira, 17 de janeiro de 1896, fl. 1.

(27) — *Correio Paulistano*, n.º 12.132, terça-feira, 9 de março de 1897, fl. 2.

(28) — Prado, Eduardo — "Um protesto", Santos, 18 de março de 1897. In: *Collectaneas*. São Paulo, Escola Tipográfica Salesiana, 1906, vol. III, p. 111-113.

adormentados numa digestão prolongada, a espada militar. Os ratos gordinhos vão-se ocultar enrodilhados dentro do grande e já escavado queijo.

E, nesta luta entre a espada e o queijo, louco será quem não apostar pela espada"²⁹.

Muito se escreveu sobre o monarquismo de Eduardo Prado. Este é um tema do qual se ocuparam os seus amigos, nos elogios históricos publicados após sua prematura morte provocada pelo contágio da febre amarela, e os seus biógrafos, nos diversos artigos e obras editados ao longo do século XX.

Afonso Celso, que se considerava correligionário político de Eduardo Prado, foi um dos primeiros a abordar o assunto. No artigo "O monarquismo de Eduardo Prado" procurou arrolar fatos que comprovassem a sua consciência monárquica, traduzida, na prática, por um fervoroso patriotismo e uma flagrante admiração pelo sistema político vigente na Inglaterra³⁰. Nesta linha de pensamento se conduziram quase todos os seus biógrafos, como, por exemplo, os militantes monarquistas Padre José Severiano Rezende³¹ e Sebastião Pagano³². Gilberto Freyre incluiu Eduardo Prado entre os intelectuais brasileiros que passaram a vida inteira fiéis à Monarquia e hostis à República³³, enquanto que Darrell E. Levi assinalou o fato de que ele tentou, por todos os meios, restaurar o governo monárquico³⁴. O jurista Cândido Motta Filho parece ter sido o único a não enfatizar o monarquismo de Eduardo Prado³⁵, mas, contudo, não se estendeu sobre a questão.

A análise crítica que efetuamos dos escritos políticos de Eduardo Prado leva-nos a contestar as sólidas convicções monárquicas que lhe foram atribuídas.

Foi durante o reinado de D. Pedro II que se consolidou o êxito econômico dos Prado como fazendeiros e empresários. Eduardo Prado, que pouco se interessava por estas atividades, atuava, quando necessário, junto aos capitalistas ingleses, negociando empréstimos destinados, predominantemente, à construção de ferrovias. Neste empreendimento se conjugavam interesses públicos e privados e os Prado estavam em ambos envolvidos.

O advento da República no Brasil representou para Eduardo Prado, antes de mais nada, uma ameaça à estabilidade econômica de sua

(29) — Ignotus — "Do Rio". *O Comércio de São Paulo*, n.º 2.682, domingo, 1.º de setembro de 1901, fl. 1.

(30) — Celso, Afonso — "O monarquismo de Eduardo Prado". *O Comércio de São Paulo*, n.º 2.712, terça-feira, 1.º de outubro de 1901, fl. 1.

(31) — Rezende, Padre José Severiano — *Eduardo Prado - Páginas de Crítica e Polêmica*. São Paulo, N. Falcone & Cia. Editores, s/d.

(32) — Pagano, Sebastião — *Eduardo Prado e sua época*. S. Paulo, Editora O Cetro, s/d.

(33) — Freyre, Gilberto — *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959, vol. 1, p. LI.

(34) — Levi, Darrell E. *Op. cit.*, p. 284.

(35) — Motta Filho, Cândido — *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1967.

família. Assim justificamos a inserção, nos artigos que integram os *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, de textos, fartamente documentados, sobre a depreciação, após o golpe militar de 1889, dos fundos brasileiros públicos e privados no mercado financeiro de Londres³⁶.

A política econômica desenvolvida, nos anos posteriores, pelos republicanos, principalmente aquela relativa ao café, tornou-o, cada vez mais, saudosos da Monarquia e descrentes da República.

Defendemos a tese de que Eduardo Prado era mais anti-republicano do que monarquista e mais liberal do que anti-republicano. Ele professava, talvez, como observou Moniz Barreto, um conjunto de opiniões e tendências coordenáveis num ideal político um pouco inglês, porém, incompleto³⁷. Um ideal político, acrescentamos, cuja concretização pleiteou, é certo, por vezes, mas, sempre, sem nenhuma credibilidade.

Entendemos sua adesão ao Partido Monarquista como uma tentativa de institucionalizar a luta pelo restabelecimento da liberdade, em seu ponto de vista, o maior bem que a Monarquia legou aos brasileiros³⁸. Mais do que monarquista, Eduardo Prado era um aristocrata liberal pronto a defender os interesses de sua classe frente à inevitável e progressiva ascensão da burguesia.

Em 18 de julho de 1901, o republicano João Alberto Sales publicou, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o artigo "Balanço Político - Necessidade de uma reforma constitucional", no qual fazia uma análise da República brasileira, ao tempo presidida pelo seu próprio irmão, e concluiu por condená-la, propondo para substituí-la, um sistema político mesclado de presidencialismo e de parlamentarismo³⁹.

Eduardo Prado empolgou-se com a dissidência que se verificava entre os republicanos a propósito da reforma da Constituição promulgada em 1891 e revelou a um amigo o seu desejo de participar do próximo pleito eleitoral, aliando-se aos revisionistas. Nem todos os monarquistas apoiaram este projeto do ilustre publicista. O Padre José Severiano Rezende, por exemplo, contestou-o⁴⁰. Vemos nesta atitude do autor dos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* mais uma prova de seu desinteresse pela causa monárquica e, também, de sua independência de pensamento e ação.

"Por mais que ele fizesse para parecer um homem do passado, todo ele era movimento, vida, futuro", escreveu Joaquim Nabuco, em uma carta dirigida a um amigo, na qual comentava o repentino falecimento

(36) — S. Frederico de — *Op. cit.*, p. 165-173 e 229-263.

(37) — Barreto, Moniz — *Revista Literária: Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, por Frederico de S. *Revista de Portugal*, Porto, III: 763-768, 1890.

(38) — Prado, Eduardo — "A Liberdade", *O Comércio de São Paulo*, 6 de maio de 1896. In: *Collectaneas*. São Paulo, Escola Tipográfica Salesiana, 1904, vol. II, p. 194.

(39) — Vita, Luis Washington — *Alberto Sales - Ideólogo da República*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965, p. 44-47.

(40) — Rezende, Padre José Severiano — *Op. cit.*, p. 139-165.

de Eduardo Prado⁴¹. Estava certo o missivista. Somente um homem do presente, com ampla visão do futuro, poderia, em 1897, afirmar:

"Quem nos diz que a nossa sociedade burguesa de hoje não desaparecerá, para dar lugar a outra baseada no socialismo?"⁴²

Recebido para publicação em 3 de junho de 1987.

SUMMARY

Anti-Republican Brazilian historiography: the work of Eduardo Prado.

In this paper, we focus the political writing of Eduardo Prado, a Brazilian scholar who gained renown for his criticism of the political system instituted in Brazil in late 1889. This criticism is here reviewed as a defense of the public and private interests of the Prado family, in the light of which we oppose the historiographic current which labels Eduardo Prado as a convinced monarchist, stressing the class interests which were at stake and the short-comings of his political thought.

Historiography, Liberty of press, Militarism, Intellectual, Engagement of a category

(41) — Carta de Joaquim Nabuco a Domingos Alves Ribeiro. Vimereux; 4 de setembro de 1901. In: Nabuco, Joaquim — *Cartas a Amigos*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, vol. II, p. 110-111.

(42) — Prado, Eduardo — "A Justiça da República", *O Comércio de São Paulo*, 17 de janeiro de 1897. In: *Collectaneas*, São Paulo, Escola Tipográfica Salesiana, 1906, vol. III, p. 56.